

---

# BRIZOLETAS: A AÇÃO DO GOVERNO DE LEONEL BRIZOLA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL (1959-1963)

*Claudemir de Quadros*

*Mestre em Educação*

*Professor do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria/RS*

## RESUMO

Este artigo descreve a ação educacional desenvolvida no Rio Grande do Sul pelo governo de Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre 31 de janeiro de 1959 e 31 de janeiro de 1963. Nesse período, o governo do estado desenvolveu o projeto educacional denominado “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”, que resultou em significativa ampliação das oportunidades de acesso à educação.

Também é proposta uma discussão sobre alguns elementos que podem contribuir para a análise do projeto governamental, vinculados ao desenvolvimentismo, ao populismo e à decisão do governador de priorizar a educação.

**Palavras-chave:** brizoletas, educação pública, escola.

De 1959 a 1963, o estado do Rio Grande do Sul foi governado por Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse período, o governo do estado implementou o projeto educacional “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”. Tal projeto resultou em significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público do estado. Construíram-se prédios escolares – que ficaram conhecidos como brizoletas ou escolinhas do Brizola –, contrataram-se professores e um significativo número de novos alunos foram matriculados. Este processo ainda sobrevive na memória de grande parcela da população do estado e marcou positivamente o imaginário de realizações de Brizola.

Cabe destacar que o governo Brizola se insere em um contexto marcado pela ideologia do desenvolvimentismo, pelo populismo<sup>1</sup> e pelo conflito acirrado entre grupos que defendiam diferentes projetos de sociedade e de futuro para o estado e para o país.

Este artigo pretende descrever e apontar alguns elementos que possam contribuir para a análise do projeto governamental, tendo como guia a seguinte questão: quais foram as ações do go-

---

<sup>1</sup>Populismo: conceito largamente usado para caracterizar a organização política brasileira, especialmente entre 1930 e 1964 – época de transição da sociedade tradicional e agrária para a sociedade urbana e industrial no Brasil. Pode ser simbolizado pela política de massas como padrão de organização política, sustentação do novo estilo de poder e fundamento da democracia populista – demagógica, assistencialista e clientelística. Sobre o populismo, ver: IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981; IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989; WEFFORT, Francisco Corrêa. “Populismo na política brasileira”. In: FURTADO, Celso (org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; WEFFORT, Francisco Corrêa. “Política de massas”. In: *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; WEFFORT, Francisco Corrêa. “Estado e massas no Brasil”. *Revista Civilização Brasileira*, v. 1, n° 7, 1966; WEFFORT, Francisco Corrêa. *Classes populares e política*. São Paulo: FFLCH/USP, 1967; SAES, Décio. “Industrialização, populismo e classe média no Brasil”. *Cadernos do IFCH*, n° 6, Campinas: Unicamp, 1975; PAIVA, Vanilda. “Anotações para um estudo sobre populismo católico e educação no Brasil”. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; DEBERT, Guíta Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

---

verno Brizola no campo educacional do Rio Grande do Sul entre 1959 e 1963? Ou, ainda, como agiu o governo para dar forma a suas intenções?

Procuramos também apontar indícios para ajudar a esclarecer as ações governamentais, pensados a partir de dois elementos: a doutrina formulada para o PTB por Alberto Pasqualini – intelectual orgânico do partido, que ofereceu uma espécie de discurso fundador que norteou as ações do partido e influenciou o discurso de outras lideranças, especialmente de Brizola –, e a decisão pessoal do governador, que, imbuído de uma convicção, um espírito que empolgava, tomou a decisão política de priorizar a educação.

### **“NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA NO RIO GRANDE DO SUL”**

Em 1958, ainda candidato, Brizola destacava as propostas vinculadas à educação como um dos pontos fundamentais de sua campanha, atribuindo-lhes papel preponderante em sua vitória eleitoral:

Foi meu plano de educação, de erradicação do analfabetismo e de criação de escolas em todo o estado, uma das principais razões de minha vitória eleitoral. Mobilizei o professorado, os pais e a mulher rio-grandense e, de um modo geral, as classes humildes, para participarem dessa cruzada redentora (*O Nacional*, 03/02/1959, p. 2).

Ao assumir o governo do estado, a 31 de janeiro de 1959, Leonel Brizola reestruturou a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), que, em suas palavras, seria “uma das mais importantes [secretarias] da atual administração” (*Revista do Ensino*, v. 9, n° 65, p. 11). Criou três superintendências – de ensino primário, médio e técnico –, adotando como lema de governo “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”.

O programa governamental tinha como metas escolarizar toda a população com idade entre 7 e 14 anos e erradicar o analfabetismo. Para isso, foi determinado um levantamento completo da situação do ensino primário no estado, por meio de um grupo de trabalho coordenado pelo secretário de Educação, José Mariano de Freitas Beck, e composto por técnicos da SEC, cujo relatório serviu de base para o planejamento da atividade governamental.

Esse estudo preliminar apontou a existência de um déficit de 284.652 vagas. O governo traçou um plano escolar para apontar e pôr em prática soluções para superar este problema.

Para Brizola, o plano de escolarização a ser implementado significava o enfrentamento de um velho problema:

De fato, é bastante antiga a problemática situação do ensino gaúcho, principalmente no tocante à alfabetização. Os grandes contingentes de analfabetos constituíam e constituem a prova de fogo por que têm de passar os governantes do Rio Grande do Sul: de que envidem todos os seus esforços, fazendo o possível para conseguir a solução do problema, do qual dependerá a maior ou menor capacidade de progresso do povo sulino. [...]. Mesmo sendo o estado que maior percentagem de recursos tenha destinado ao ensino, vê-se, através de dados absolutos e relativos, o aumento de analfabetos no Rio Grande do Sul, em prova cabal de que o velho problema exigia ser enfrentado de modo mais positivo e mais enérgico (*Revista do Ensino*, v. 9, n° 76, p. 11).

Essa nova posição é definida por Brizola nos seguintes termos:

---

Ao assumir a chefia do executivo, tornou-se patente que o principal objetivo do atual governo seria afastar os obstáculos que se opunham a um perfeito desenvolvimento do ensino primário e técnico, dando assim solução a uma das mais sentidas reivindicações da coletividade rio-grandense. Uma nova posição – que viria combater o velho problema que durante anos incidiu seus reflexos negativos sobre todas as classes da população gaúcha – foi tomada, na forma de um plano de amplas proporções, tendo por lema publicitário uma frase que sintetiza o que de fato se quer ver realizado: Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul (*Revista do Ensino*, v. 9, n° 76, pp. 11-2).

Para implementar o programa de escolarização, o governo usou cinco expedientes principais: Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (Sedep), Comissão Estadual de Prédios Escolares (Cepe), contratação de professores, compra de vagas de escolas particulares em troca da cedência de professores estaduais e concessão de bolsas de estudo. Convém apontar alguns elementos sobre cada um destes expedientes.

1) Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário: órgão criado e encarregado de gerenciar o Programa de Expansão Descentralizada do Ensino Primário. O programa apresentava características de uma experiência de descentralização da educação e tinha como lema “Expandir, descentralizando”. Baseava-se na celebração de convênios de colaboração envolvendo estado e municípios. Os municípios informavam ao governo do estado suas necessidades de prédios escolares e salas de aula, e o estado fornecia os meios técnicos e financeiros para a execução das obras.

2) Comissão Estadual de Prédios Escolares: criada pelo Decreto n° 10.416, de 25 de março de 1959. Tratava-se de um órgão de cooperação entre a Secretaria de Educação e Cultura e a Secretaria de Obras Públicas. Era presidida pelo secretário de Educação e Cultura e tinha a incumbência de superintender, estudar, planejar, projetar e executar tarefas de conservação, reparos, adaptação, construção, reconstrução e aparelhamento de prédios escolares. Deste órgão, colegiado e especializado, ainda participavam o secretário de Obras Públicas, os subsecretários de Educação e a diretoria do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional (CPOE).

3) Contratação de professores: segundo dados do governo do estado, houve significativo crescimento do número de professores contratados.

4) Cedência de professores: prática comum durante o governo Brizola foi o estado ceder professores ou repassar recursos destinados à construção ou aparelhamento de prédios para entidades mantenedoras de escolas particulares, em troca de vagas para alunos excedentes em escolas públicas. Em 1959 foram cedidos 591 professores, em 1960 o número foi de 812 e, em 1961, foram 668.

5) Bolsas de estudo: o quinto expediente pelo qual o governo buscava possibilitar o acesso à escola era a concessão de bolsas de estudo para o curso primário. O Decreto n° 10.598, de 14 de julho de 1959, autorizava a concessão de bolsas de estudo para o curso primário a partir do terceiro ano. Segundo dados do governo do estado (*Mensagem*, 1962), em 1959 foram concedidas 11.710 bolsas, em 1960, 15.035 e, em 1961, 12.856.

O ensino técnico também foi objeto de um plano emergencial. O programa traçado – que compreendia a ampliação e o reaparelhamento da rede escolar existente, com o objetivo de imediato aumento em capacidade de matrícula – serviu, também, de base para o posterior desenvolvimento do Plano de Expansão do Ensino Técnico no Rio Grande do Sul, que envolveu a construção de novas instalações para oficinas, a ampliação de salas de aula e alojamentos para alunos internos, a

locação e adaptação de prédios para a instalação de escolas ou cursos isolados, a aquisição de equipamentos, máquinas complementares e ferramentas, a restauração e reparação de prédios, a compra de material didático e a admissão de professores e pessoal auxiliar.

No ensino normal e secundário, também houve um incremento no número de alunos e professores. Entre 1958 e 1961, ingressaram no ensino normal 4.014 novos alunos e 312 novos professores e no ensino secundário 9.147 novos alunos e 628 novos professores. Além disso, o número de escolas normais passou de 83, em 1958, para 116, em 1961.

Além dos recursos orçamentários, as fontes de financiamento destas obras e atividades foram a instituição da taxa de educação, um adicional de 20% sobre todos os impostos estaduais, recursos do II Plano de Obras do estado, recursos provenientes do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) e recursos do fundo social da USAID.<sup>2</sup>

“Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul” deu origem à construção, em todos os municípios do estado, de prédios escolares com características muito próprias que ficaram conhecidos como brizoletas ou escolinhas do Brizola. Nos quatro anos de governo, construíram-se 1.045 prédios escolares, com 3.360 salas de aula e capacidade para 235.200 alunos; foram iniciados 113 prédios, com 483 salas e capacidade para 33.810 alunos; e planejados 258 prédios, com 866 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos. A tabela na página a seguir apresenta um resumo da situação das obras em janeiro de 1963:

Plano	Obras concluídas			Obras iniciadas			Obras planejadas		
	Prédios	Salas	Capacidade	Prédios	Salas	Capacidade	Prédios	Salas	Capacidade
A	158	708	49.560	0	0	0	0		0
B	562	1.304	91.280	50	116	8.120	206	470	32.900
F	119	587	41.090	14	69	4.830	20	130	9.100
FM	55	223	15.610	5	19	1.330	9	29	2.030
Especial	59	220	15.400	6	23	1.610	1	2	140
Retomada	43	91	6.370	1	2	140	2	2	140
Ampliações	43	01	14.070	37	254	17.780	20	233	16.310
Prédio piloto	6	26	1.820	0	0	0	0	0	0
Total	1.045	3.360	235.200	113	483	33.810	258	866	60.620

Fonte: Relatório de obras da Cepe.

As escolas construídas no Rio Grande do Sul tornaram-se um símbolo do governo e do próprio governador. Tais escolas não são prédios quaisquer; sua presença representa um mundo novo que se abre:

<sup>2</sup>Com frequência, Leonel Brizola rechaça a Aliança para o Progresso, chegando a dizer que “enquanto o Rio Grande do Sul estiver sob sua administração, não se interessará por qualquer empréstimo ou outra espécie de auxílio constante do programa Aliança para o Progresso” (*O Nacional*, 02/03/1962, p. 2). No entanto, na mensagem que enviou à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura do ano legislativo de 1962, no item que trata do Plano de Expansão do Ensino Técnico e do aparelhamento das escolas técnicas industriais, o governador confirma que se utiliza de recursos da Usaid ao comunicar que “na execução deste programa foram destinados, em 1961, 180 milhões de cruzeiros (decreto n° 12.258, de 06/04/61). Deste total está excluído o reequipamento de oficinas da Escola Técnica Parobé, que foi previsto em projeto especial de financiamento pela Aliança para o Progresso (grifo meu), no montante de 1,3 milhão de dólares” (*Mensagem*, 1962).

---

A Picada Feijão, a Picada Schneider, Vila Nova e outras picadas e vilas têm agora sua escola. Vê-se nas faces o sorriso de novas esperanças. A escola representa o mundo de lá – da cidade – que vem até eles – na picada – trazer, para a suavidade bucólica e a grandeza serena da paisagem, a mensagem de valorização do homem em sua própria terra. Representa o despertar da consciência do homem da picada para seu valor, para sua importância no todo da nação, para a valorização dos recursos naturais que a natureza pródiga lhe oferta e renova a cada dia. O despertar mesmo para a beleza que o rodeia é trabalho da escola em sua missão civilizadora. Os cidadãos de amanhã nas picadas e vilas saberão ler. O jornal penetrará nos vales e ele se integrará na grande comunhão de pensamentos de sua pátria (*Revista do Ensino*, v. 10, n° 76, p. 67).

Os prédios escolares eram construídos às margens de estradas ou voltados para a rua, característica da arquitetura que pode servir para facilitar o acesso ou indicar que a escola está aberta para receber um mundo novo, o “mundo de lá, da cidade”.

A escola representa, ainda, a ação do Estado nos subúrbios e campos:

Rapidamente surgiram elas, construídas pelo estado ou em convênio com os municípios, para dar ao homem o que o homem procura: sua formação integral. Modernas, amplas e confortáveis, escondem-se pequeninas entre arranha-céus ou destacam-se significativas na imensidão dos pampas. São marcos assinalando, na paisagem e no tempo, a nova mentalidade do gaúcho (*Revista do Ensino*, v. 10, n° 76, p. 15).

As escolas, projeção do urbano sobre o rural – missionárias da civilização urbana –, vinham imbuídas de um sentido modernizador e traziam uma missão civilizadora e integradora. As edificações escolares plantadas nas picadas e nos vales deveriam servir, em sua simplicidade, como referência para as pessoas e para toda a comunidade.

A educação não pode acontecer em um lugar qualquer – como, por exemplo, à sombra de uma árvore –, e a escola, como instituição, ocupa um espaço e um lugar. Precisa de local apropriado, o que justifica a necessidade da construção de escolas:

A instituição escolar e o ensino só merecem esse nome quando se localizam ou se realizam em um lugar específico. E, com isso, quero dizer em um lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para esse fim (Frago e Escolano, 1998, p. 69).

Logo, a ação educacional do estado assumiu um caráter eminentemente político. Baseava-se no princípio de que a intervenção estatal era necessária e imprescindível para civilizar e preparar o povo. A escola devia ser uma referência para a comunidade. Por meio dela, o povo seria educado, civilizado e preparado para promover o progresso e o desenvolvimento do estado.

Essa visão pressupõe que é tarefa do Estado preparar o povo para integrá-lo na moderna sociedade industrial. Assim, o povo civilizado pela escola alcançaria um alto nível de desenvolvimento, condição para a soberania e para a autonomia em relação a todas as formas de imperialismo.

A escola tornava-se, então, a expressão simbólica da ação estatal, da civilização, da modernização, projetando “seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado de inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que o rodeia” (Frago e Escolano, 1998, p. 33).

Nesse contexto, as brizoletas e sua arquitetura certamente adquirem um conteúdo educador, pois parece inegável que

---

a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende (Frago e Escolano, 1998, p. 54).

As brizoletas constituem, pois, um espaço planejado que educa. Não têm fachadas imponentes ou majestosas; muitas sequer são sólidas, já que foram construídas em ritmo de emergência. Pelo contrário, são edifícios simples e modestos, mas que trazem, em sua concepção, uma missão civilizadora e modernizadora.

### **EDUCAÇÃO: MATRIZ DO PROGRESSO**

Em que contexto se desenvolveu o projeto “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”? Quais seus fundamentos políticos? Como explicar a ação governamental? Listamos abaixo alguns elementos que talvez contribuam para o debate.

O papel de intelectual orgânico do PTB gaúcho coube, em especial, a Alberto Pasqualini – principal teórico do trabalhismo, não só gaúcho como brasileiro, do período de 1945 a 1954.

Na concepção de Pasqualini, o PTB não se inseria apenas em uma estratégia de articulação político-partidária, mas constituía instrumento fundamental de implementação de um projeto de reformas sociais. No manifesto de lançamento da União Social Brasileira (USB),<sup>3</sup> Pasqualini defende a idéia de que não poderá haver um verdadeiro regime democrático “sem que lhe preparem as bases econômicas, sociais e educacionais”, objetivo que só poderia ser alcançado “unindo e harmonizando os fatores da produção e assentando as bases da economia em um plano de cooperação, solidariedade e justiça social” (Bodea, 1992, p. 152).

Percebe-se que Pasqualini defende uma ampla intervenção do Estado na economia, com vistas a normatizar e prevenir o que classifica como aspectos negativos da ação do poder econômico:

O trabalhismo entende que o poder público deve intervir no mecanismo econômico, não para desorganizar a economia, mas para orientá-la, para substituir as puras forças do acaso pela racionalização, prevenindo e evitando assim as crises econômicas que tantos malefícios e sofrimentos causam ao povo, levando muitas empresas à falência e muitos trabalhadores ao desemprego. O Estado deve intervir para coibir o abuso do poder econômico, os açambarcadores, os trustes, os cartéis, os monopólios e todas as manobras que visam tão-somente a exploração do povo, proporcionando a alguns lucros fabulosos. O Estado deve também intervir para regular as relações de trabalho, para assegurar todas as garantias ao trabalhador, o que não exclui o exato cumprimento de seus deveres para com a empresa. Enfim, deve intervir para que se realize, em toda sua plenitude, a justiça social, que não deve ser apenas uma frase vazia, mas que deve se traduzir por um conjunto de medidas práticas destinadas a realizá-la (*Diário de Notícias*, p. 7).

---

<sup>3</sup>A União Social Brasileira (USB) foi um agrupamento político dirigido por Alberto Pasqualini e lançado, em sessão pública, no Teatro São Pedro, em Porto Alegre, a 21 de setembro de 1945. Em termos genéricos, “o programa da USB assenta, pois, no princípio da propriedade privada dos meios de produção, com as limitações exigidas pelos interesses coletivos. Preconiza, porém, a socialização de uma parcela dos lucros”. A USB foi um dos núcleos por meio do qual se formou o PTB no Rio Grande do Sul. Ver manifesto e programa da USB no jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, de 16 de setembro de 1945, p. 11.

---

Essa postura não significa uma opção pelo socialismo ou por uma transformação radical da ordem estabelecida, já que “devemos, pois, permanecer no sistema da iniciativa privada, isto é, no regime capitalista” (*Diário de Notícias*, p. 7).

Na concepção de Pasqualini, torna-se claro que o instrumento para a realização de um programa de reformas do capitalismo – com vistas a superar seus aspectos “individualistas, agressivos e parasitários” e socializar de determinadas “atividades, riquezas e formas de poder econômico” – é o partido trabalhista, uma vez que “parece evidente que um partido de índole trabalhista deve propugnar que o Estado, na realização de seus objetivos econômicos e sociais, tenha precipuamente em vista as necessidades das classes trabalhadoras” (Bodea, 1992, p. 155). Nesse sentido, Pasqualini via no PTB o instrumento de seu projeto de reformas sociais.

O papel de Pasqualini, como teórico e doutrinador nos anos formativos do PTB, concentra-se na tarefa de elaborar uma visão de mundo e na organização do grupo que compartilha essa visão, ou seja, etapas da formação de um partido político essencialmente vinculadas à construção de um consenso na sociedade civil. Tanto que chega a afirmar: “Nosso problema não é apenas vencer uma eleição e controlar o governo; nosso problema é criar uma mentalidade social [...] para realizar o programa que defendemos” (Bodea, 1992, p. 157). Cabia, pois, ao PTB, em um primeiro plano, desempenhar um papel educador voltado à criação da mentalidade social necessária para implantar a nova ordem social.

A partir de 1954, após duas derrotas eleitorais, Pasqualini retira-se da vida política. Brizola e João Goulart assumem a direção do PTB gaúcho e passam a atuar em nível regional e nacional, respectivamente.

Brizola construiu sua carreira política a partir da estrutura do PTB, sob a influência doutrinária de Alberto Pasqualini, e seu discurso irá refletir o corpo teórico pasqualinista, notando-se a presença de duas questões centrais: desenvolvimento e educação. Em geral, estes dois elementos estão inter-relacionados, um pressupondo e constituindo condição para o outro, como esclarece Brizola ao declarar que “queremos e procuramos o desenvolvimento econômico e só o teremos através da educação” (*O Nacional*, 03/02/59, p. 1).

De acordo com a doutrina pasqualinista, Brizola entende que cabe ao Estado ser propulsor do desenvolvimento econômico:

Sem abandonar, no campo financeiro, os cuidados adequados de ordem, disciplina e parcimônia, entendemos que a vitalização de nossa economia tornava imperiosa o máximo de inversões de que fôssemos capazes de realizar nos empreendimentos de infra-estrutura, precisamente aqueles que são o centro nuclear do desenvolvimento econômico e do progresso social (*Mensagem*, 1960, p. 16).

Cabia ao estado, em uma política de planejamento, promover a planificação do desenvolvimento. Essa política desenvolvimentista teria como meta “o propósito de lutar contra o subdesenvolvimento da região extremo sul” (*Mensagem*, 1960, p. 21), condição imprescindível para se atingir outro estágio social:

Continuaremos infatigáveis no estudo e na procura de solução para nossos problemas, soluções que visem a restauração de nossa riqueza, a continuidade de nosso progresso, a aceleração de nosso desenvolvimento e a remodelação da fisionomia econômica e social do estado (*Mensagem*, 1960, p. 23).

---

No entanto, esta remodelação não significa a transformação da ordem social, econômica ou política. Para Brizola, a fórmula para remodelar a sociedade é a mesma de Pasqualini – conservar melhorando ou melhorar conservando –, tendo em vista que se busca

a prosperidade de nossa terra e a criação de uma ordem social mais justa, isenta de conflitos, livre de antagonismos irreconciliáveis, tendente à maior harmonia, na cordialidade fraternal de sua convivência, nunca distanciado dos generosos ditames da solidariedade humana. Desejamos uma convivência feliz e próspera não só entre as pessoas, as categorias profissionais, as classes sociais, mas também entre todos os estados como membros que somos desta grande família que é a federação brasileira (*Mensagem*, 1960, p. 21).

Para chegar a essa sociedade mais justa e harmônica, um dos caminhos é a educação:

Para mim [Brizola] e para meu colaborador, o secretário da Educação, Dr. Mariano Beck, e para todos os auxiliares, como também, tenho certeza, para todo magistério rio-grandense, a questão educacional se constitui em um ponto de honra, que há de absorver nossas melhores energias, há de ser motivo da mais intensa dedicação. E não poderia ser diferente para um governo que se propõe a trabalhar e gerir os negócios públicos, invariavelmente, através de um conteúdo social e humano. Educar não é apenas promover a elevação da criatura humana, mas igualmente promover a melhor forma do desenvolvimento econômico da região, de um estado ou de um país (*O Nacional*, 17/02/59, pp. 1-2).

Assim, o governo não pode hesitar “um só momento na execução de nosso programa educacional, porque entendemos que educação é o melhor investimento econômico e o de rentabilidade social mais assegurada” (*Mensagem*, 1960, p. 20). Para o governador, todas as energias do governo deviam ser voltadas para o programa educacional.

Poder-se-ia argumentar que, para Brizola, caberia à educação o caráter de instrumento realizador de um projeto de desenvolvimento econômico, tendo sido “reformada em função dos critérios da racionalidade política e econômica, para o cumprimento de suas novas tarefas” (Rodrigues, 1982, p. 14), ou ainda, que o Estado estaria exercendo uma pressão mobilizadora em função de um projeto de modernização. Sobre isso, Beiseigel argumenta com pertinência:

O governo se apresenta enquanto promotor do desenvolvimento e responsável pela criação de condições propícias à expansão da produção. É, acima de tudo, em nome do desenvolvimento da nação que se justificam as principais medidas adotadas nas diferentes áreas. A educação reivindicada para todos os brasileiros se apresenta como condição, requisito ou mesmo fator do desenvolvimento nacional (1982, p. 13).

Na concepção de Brizola, a educação representa um caminho que precisa ser trilhado com vistas a uma sociedade mais justa, “isenta de conflitos, livre de antagonismos irreconciliáveis, tendente à maior harmonia, na cordialidade fraternal de sua convivência, nunca distanciado dos generosos ditames da solidariedade humana” (*Mensagem*, 1960, p. 21). Em sua fala, a educação assume uma missão muito explícita: “elevar o nível moral e mental das massas e incorporá-las ao trabalho produtivo e à vida ativa do estado e do país, desenvolvendo a inteligência e a cultura” (*Correio do Povo*, 31/04/1961, p. 22). A concepção brizolista de transformação da sociedade vinculava-se a uma mudança não negadora do capitalismo, não comportando a subversão da ordem social e econômica estabelecida. Debert (1979, p. 141) corrobora essa inferência ao concluir:



---

O discurso de Brizola traz, sem dúvida, uma surpresa, uma vez que sua imagem está diretamente associada ao líder de esquerda, ao criador de células políticas armadas, a um dos mais veementes críticos ao regime anterior a 1964. Entretanto, poderíamos dizer que, dos quatro discursos analisados [Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda e Brizola], é no discurso de Brizola que encontramos, em menor grau, elementos de contestação à ordem estabelecida.

Porém, há outros importantes elementos nesse contexto: a intenção, a personalidade e a decisão pessoal do governador.

Brizola tem forte convicção de que a educação é um eficiente e poderoso meio e instrumento de valorização e promoção social. Em sua imaginação, Brizola, o menino pobre que saiu do interior para a capital – morou em pensão, trabalhou como ascensorista, operário auxiliar numa refinaria de óleo e jardineiro do serviço de parques e jardins da Prefeitura Municipal de Porto Alegre –, obteve sucesso porque teve acesso a oportunidades educacionais. Tendo em vista sua trajetória e, principalmente, seu exemplo, Brizola vincula educação a valorização e ascensão social e demonstra que a mobilidade social é possível por meio de trabalho e educação. Logo, acreditava que, se toda a população tivesse oportunidades semelhantes, se nenhuma criança ficasse sem escola – o que era exceção –, seu caso poderia se tornar regra.

Isso nos mostra que as políticas sociais podem sofrer determinações alheias aos fatores vinculados às estruturas econômicas ou políticas e às lutas que se travam no interior do campo social. Essa possibilidade é assinalada por Prado Júnior (1996, p. 27) ao explicitar sua posição epistemológica, inferindo que:

Temos aí a essência profunda do fato social, ao mesmo tempo ocorrência objetiva e circunstância exterior que se impõe aos indivíduos que participam daquele fato e elemento subjetivo, como perspectiva desses indivíduos a traçar-lhes as diretivas futuras de ação.

Para atingir seus fins, o governador não poupou ações nem recursos no âmbito educacional: aumentou impostos, elevou o orçamento da Secretaria da Educação e Cultura, construiu escolas, contratou professores, ofereceu bolsas de estudos e apoiou, como poucos, as escolas privadas. Todas as ações governamentais tinham um fim muito preciso: educar o povo para inseri-lo em um contexto de urbanização e industrialização para, enfim, viver em uma sociedade desenvolvida, moderna e mais justa. Era necessário erradicar o analfabetismo e nenhuma criança podia ficar sem escola no Rio Grande do Sul.

Brizola, um engenheiro, um homem de ação, utilizou a doutrina pasqualinista, claramente reformista, para fundamentar suas iniciativas – que se inseriam na perspectiva do nacionalismo desenvolvimentista. Fiel a essa doutrina, entendia que cabia ao Estado promover o desenvolvimento. Nesse contexto, o modelo de desenvolvimento proposto para o Rio Grande do Sul, que se refletiu nas ações educacionais do governo, implicava a constituição de uma sociedade urbana e industrial que, por meio da ação educativa do Estado, buscava incorporar as massas rurais e urbanas.

Uma vez que Brizola não buscava a subversão da ordem, para o sujeito se integrar nessa sociedade moderna e capitalista, precisava ser educado, civilizado e preparado. De posse do instrumental técnico e cultural que a educação pode oferecer e com um trabalho, o cidadão alcançaria oportunidades de ascensão e de valorização social e, ao mesmo tempo, possibilitaria ao Estado atingir seu objetivo maior: superar o subdesenvolvimento e alcançar uma sociedade mais justa, “isenta

---

de conflitos e livre de antagonismos irreconciliáveis”; uma sociedade marcada, enfim, pela harmonia. Para chegar a essa sociedade, a educação era uma das mais importantes estratégias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No entanto, a modernidade não era moderna. Relações sociais e políticas ainda vinculadas a heranças da sociedade tradicional – oligárquica e patrimonial – não evoluíam com a mesma velocidade que a modernidade econômica: a maioria da população permanecia analfabeta e com poucas oportunidades culturais. O estado, que se pretendia educador, permanecia fundador de escolas. A precariedade e a desarticulação eram mantidas como marcas do campo educacional.

Assim, tem-se, de um lado, a precariedade, a fragmentação, a desarticulação; de outro, a perspectiva da modernização educacional, que se opera sob a tutela do estado em função de um projeto de desenvolvimento capitalista e liberal, sob o viés populista – centralizador, integrador e autoritário.

Tendo em vista a relevância da educação para o projeto brizolista de modernização da sociedade – apesar da crise financeira por que passava o Brasil e o estado, com déficits orçamentários crescentes –, o governo manteve o investimento no ensino público. Contraditoriamente, não se constatou, por parte do governador, apoio ou referência à Campanha em Defesa da Escola Pública, coordenada por Florestan Fernandes, a partir de 1959, em função da discussão do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Cabe reiterar que a ação educacional exercida por Brizola, enquanto governador do Rio Grande do Sul, longe de ser ocasional e fortuita, insere-se na perspectiva das políticas sociais de Estado que, neste caso, buscavam basicamente adequar as políticas públicas voltadas à educação ao projeto nacional-desenvolvimentista e modernizar a sociedade sob a égide do Estado. Sobre esses elementos convergem também a ideologia desenvolvimentista, o populismo e a decisão política de Brizola, que acabam por compor um quadro complexo onde a educação é eleita como matriz privilegiada do progresso e responsável pelo desenvolvimento e pela superação do subdesenvolvimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEISIEGEL, Celso Rui. *Política e educação popular*. São Paulo: Ática, 1982.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 set. 1945 e 30 abr. 1961.
- DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14 set. 1950 e 10 set. 1959.
- FRAGO, Antônio Viñao e ESCOLANO, Augustin. *Currículo, espaço e subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- FREITAG, Bárbara. *Política educacional e indústria cultural*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem à Assembléia Legislativa – 1960*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem à Assembléia Legislativa – 1962*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Orçamento do estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1958-1963.
- MORAES, Maria Célia Marcondes. “Pontes de investigação, teoria e método em uma pesquisa histórica em educação”. In: *Educação e sociedade*. São Paulo: Cedes/Cortez, v. 17, nº 55, pp. 263-80.
- O Nacional*, Passo Fundo, 1958-1963.

---

PRADO JR., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

*Revista do Ensino*, Porto Alegre, SEC, v. 9, nº 65, nov. 1959.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, SEC, v. 10, nº 76, mai. 1961.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, SEC, v. 12, nº 87, set. 1962.

RODRIGUES, Neidson. *Estado, educação e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cortez, 1982.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA – DIRETORIA DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL. *Anuário de estatísticas educacionais e culturais – 1961*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1963.

---

## **RESUMEN**

*El trabajo presenta, en un primer momento, una descripción de la acción educacional desarrollada por lo gobierno de Leonel Brizola, del Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, en Río Grande del Sur, entre 31 enero de 1959 y 31 enero de 1963. En este período se desarrolló por el gobierno del Estado el proyecto educacional denominado Ningún niño sin escuela en Río Grande del Sur, que resultó en una significativa ampliación de las oportunidades de acceso a la educación. En un segundo momento, se propone una discusión inicial sobre unos de los elementos que pueden contribuir para con el análisis del proyecto gubernamental, vinculados al desarrollo, con el populismo y con la decisión personal del gobernador de valorar la educación.*

**Palabras-clave:** *brizoletas, educación pública, escuela.*

## **ABSTRACT**

*This article presents, in a first time, a description about the educational action developed by Leonel Brizola government, of Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), in Rio Grande do Sul, between January 31, 1959 and January 31, 1963. In this period was developed a educational project denominated “No child without school in Rio Grande do Sul”, that resulted in an expressive enlargement of access opportunities to the education. In a second time, it suggests an initial discussion about some elements that can contribute to the governmental project analysis, linked with developmentism, populism and with the personal decision of the governor of prioritizing the education.*

**Keywords:** *brizoletas, public education, school.*